

Economia

CONSTITUINTE

Nesta página, o custo das liberalidades da Constituinte; na 6, a explosiva questão das patentes no setor farmacêutico; na 7, uma vitória contra a fome.

A conta dos favores: 516 bilhões.

Se nada mudar no segundo turno de votações na Constituinte, já é possível prever que o governo terá um rombo de Cz\$ 516,075 bilhões (valores de hoje) em suas finanças por conta das anistias e favorecimentos votados pelos constituintes. Mas os gastos poderão ser ainda maiores, uma vez que esses números resultam de estimativas iniciais do governo.

O último e mais pesado item da conta veio com a aprovação da anistia aos micro e pequenos empresários e produtores rurais, na última quarta-feira. Com ela, a União e os bancos oficiais terão um gasto adicional de Cz\$ 322 bilhões. As demais decisões da Constituinte que implicarão em novos gastos foram: a anistia dos juros e multas para quem está em débito com o Fisco, no valor de Cz\$ 145 bilhões; a demarcação das áreas indígenas, que custará Cz\$ 49 bilhões, e o reenquadramento dos funcionários públicos demitidos por motivos políticos, que consumirá recursos da ordem de Cz\$ 75 milhões ao mês.

É certo que o rombo poderia ter sido muito maior caso fosse aprovado o texto original da anistia aos micro e pequenos empresários e aos produtores rurais, podendo chegar a mais de Cz\$ 1,5 trilhão.

Ainda assim, a conta total (Cz\$ 516 bilhões) é alta, correspondente a cerca de 15% do saldo da balança comercial previsto para este ano (US\$ 2,6 bilhões).

Também há uma outra decisão que poderá desequilibrar as contas do governo. Ainda que a Constituinte tenha votado a dotação de recursos para

financiar a nova legislação da seguridade social, qualquer desequilíbrio na área da Previdência Social poderá elevar ainda mais os gastos do governo. Serão necessários mais Cz\$ 1,5 trilhão no orçamento da Previdência para implementar as decisões da Constituinte.

A conta que o governo terá de pagar é um grande obstáculo para o cumprimento da meta de um déficit correspondente a 4% do PIB — Produto Interno Bruto — previsto para este ano. Do total de Cz\$ 322 bilhões, Cz\$ 194 bilhões são de responsabilidade da União e Cz\$ 128 bilhões dos bancos oficiais. Diante disso, o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, admitiu: "Precisamos mexer no orçamento da União para acomodar essas coisas". Mas ele mesmo garantiu que a meta de 4% não será alterada.

A anistia de multas, juros e demais encargos sobre dívidas tributárias provocará um "rombo potencial" de Cz\$ 145 bilhões. Este valor é parte de uma dívida total de Cz\$ 1,3 trilhão que o governo vem tentando cobrar nos últimos 15 anos, de pessoas e empresas.

Com a demarcação de terras indígenas, que envolverá uma área equivalente aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, a União terá de gastar Cz\$ 49 bilhões, nos próximos cinco anos.

A anistia aos servidores da União demitidos por motivos políticos, de 1979 até a data da promulgação da nova Constituição, poderá representar um acréscimo aos cofres públicos, no mínimo, de Cz\$ 75 milhões (em valores de hoje) ao mês.